



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO  
DE 2012 -----**

Aos vinte e nove do mês de junho do ano de dois mil e doze, pelas dezoito horas, reuniu-se na Assembleia Municipal de Mondim de Basto o Órgão deliberativo deste município. -----

**PRESENÇAS: -----**

Faltaram á presente sessão os membros municipais Aurora Maria Pereira Peixoto e Pereira, José Mário Machado Queirós e Mabílio Ribeiro Peixoto, tenho apresentado as devidas justificações, pelo que a Mesa deliberou justificar estas faltas. -----

O membro da Assembleia Municipal Maria Manuel Ferreira de Lança Cordeiro Ferreira Martins Pereira impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos nº1 e nº2 e 79º nº1 da lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo cidadão imediatamente a seguir nas listas do CDS-PP, Fernando Manuel Rabiço Da Costa, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos 78º nº1 e nº2 e 79 nº1 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelo cidadão imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, Carlos Filipe Meireles Macedo. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

### **ABERTURA DA REUNIÃO -----**

Pelas dezoito horas, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início á ordem de trabalhos. -----

### **1-Antes da ordem do dia -----**

### **1.2- Assuntos gerais de interesse para o Município -----**

O membro municipal Fernando Avelino Oliveira Silva iniciou a sua intervenção referindo que a sua intervenção antes do período da ordem do dia se relaciona com um acontecimento que está um bocado em voga e que tem a ver com a questão da Volta a Portugal. Este facto criou alguma surpresa também pelo facto de haver uma deliberação do executivo face aos condicionalismos financeiros que impedem e não suportam os encargos assumidos com a PAD, quando tal contrato foi renegociado em 11 de julho de 2011. Durante esta semana ficaram também apreensivos face a esta situação quando na comunicação social surge a apresentação da volta e surge a confirmação da etapa de Nossa Senhora da Graça. Perante semelhante imbróglio e confusão lançados pelo executivo, considera que urge um esclarecimento do executivo sobre este assunto. Há ou não a Volta a Portugal? Se há, como é que há uma suspensão e de repente somos surpreendidos com uma informação de uma etapa? Das duas, uma: estamos perante uma manobra política? Levantaram à Câmara uma informação falsa? Quando o assunto foi apresentado estariam a negociar com a organização? Todas estas considerações são de legitima interpretação e, não sendo apenas suposições, agitaram e inquietaram comerciantes, partidos e população local. Uma das considerações a retirar é que um evento desta natureza não pode ser alterado em vésperas de ocorrer e se tal medida se impunha, já que a lei dos compromissos saiu já em janeiro, tal situação fosse debatida naquele momento e naquela altura já que houve várias reuniões e possivelmente se o problema



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

financeiro surgia já devia ter sido dada informação quanto a isto. Acrescentou que o falta salientar é que os empresários e comerciantes preparam a Volta a Portugal com um ano de antecedência, com reservas e encomendas pelo que a informação e a natureza do assunto não pode ser objeto de leviandade pondo em causa o dinamismo e o negócio comercial. Passado a natureza da deliberação tomada pelo executivo, o caso ganha proporções políticas que esta Assembleia desconhece. Se não há dinheiro cabimentado em orçamento e se a vinda da etapa põe em causa o funcionamento da autarquia, desde o pagamento de salários, transportes e início do ano escolar, visto que há necessidade de cativar e antecipar pagamento previstos para setembro e outubro, então a conclusão é simples e irrefutável: o orçamento aprovado foi mal elaborado e as previsões de receita face às despesas não são reais e transparentes e a informação financeira que é fornecida não apresenta a realidade financeira em que a autarquia se encontra. Por fim, considera que pode ser sido uma manobra política para baixar os preços mas, visto que o estado financeiro e a deliberação tomada foi efetiva, ao ter conhecimento da etapa o que lhe veio à cabeça é que a volta era gratuita. Será assim Senhor Presidente? -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira iniciou a sua intervenção referindo que as Fisgas de Ermelo foram nomeadas para as Sete Maravilhas Praias de Portugal o que deixa todos orgulhosos com o reconhecimento de um dos maiores patrimónios do concelho. No entanto, considera que esta notoriedade vem aumentar a responsabilidade de preservação e manutenção do património assim como a definição de uma estratégia turística integrada com o restante património do concelho. Nesse sentido, questionou o executivo sobre a existência de alguma estratégia turística delineada que envolva e potencie este património e de que forma é que a junta de freguesia, onde está situado este património, e Parque Natural do Alvão estão ou foram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

envolvidos, quer no processo de candidatura, quer na sua divulgação e agora numa potencial estratégia para o turismo, Relativamente à biblioteca, questionou novamente sobre ponto de situação e se já existe uma data para a sua inauguração. Começa a ser inconcebível que ao fim de todo este tempo este serviço ainda não esteja ao dispor da população. Relativamente à oficina móvel questionou novamente sobre o ponto de situação, recordando que já foi adquirida uma viatura no último trimestre de 2011 e que esta viatura ainda não está ao serviço da população, algo que começa também a ser preocupante dado o tempo que passou. Alertou para arranjo do caminho em direção ao Parque de Campismo que esta em muito mau estado há bastante tempo criando danos aos veículos e lesando principalmente os habitantes e moradores que têm que atravessar esse caminho. Com a chegada da época balnear aumenta os seus utilizadores fazendo inclusive que se torne um péssimo cartão-de-vista para o concelho e para os próprios utilizadores do parque. Quanto à feira da terra, manifestou a sua preocupação com a dependência de financiamento do evento pela empresa EDP, não querendo colocar em causa o certame que é de grande qualidade. O facto de a sua realização estar pelo segundo ano consecutivo dependente do financiamento desta empresa exige que se procure uma alternativa, tendo em conta a sua sustentabilidade e consecutiva realização. Questionou o Senhor Presidente da Câmara, e tendo em conta o facto de a autarquia ter deixado de estar em incumprimento, **sobre o facto de se estar a preparar a Décima Edição da Feira da Terra continuando-se a alugar os stands e procurando saber se existe alguma alternativa a este financiamento de modo a que este possa ser canalizado para outras atividades.** Relativamente ao Conselho Municipal da Segurança, entregou à Mesa um requerimento para solicitar a ata da última reunião do Conselho Municipal da Segurança pois, tanto quanto foi informado foram expressas uma série de sugestões e recomendação que até à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

data parecem não ter sido acolhidas. Por fim e relativamente à Volta a Portugal, considera que a proposta apresentada pelo executivo em reunião de Câmara com a intenção de cancelar o contracto a uma semana da apresentação da prova veio intranquilizar os habitantes do concelho, adeptos da iniciativa, e principalmente o comercio local, Este cancelamento representa uma machadada o comercio local que vive dias difíceis e vê neste evento uma oportunidade de equilibrar as suas finanças. Acrescentou que tão depressa se deixa de estar em incumprimento e se anuncia a redução do défice em mais de dois milhões de euros, como dias depois de acaba com um marco do concelho que custa pouco mais de cinquenta mil euros. Para não começar a criar cenários, deixou que o Senhor Presidente da Câmara explicasse a todos o que efetivamente aconteceu. -----

O Senhor Presidente da Junta de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para referir que na sequência de vários pedidos, escritos e verbais, se verifica que o caminho que vai de Montão para o Parque de Campismo é das piores imagens que se pode dar do concelho pois está em péssimo estado. Várias pessoas se queixam à junta de freguesia sobre as limpezas dos caminhos e a Câmara municipal desleixou-se completamente. Quanto ao Conselho Municipal da Segurança, lamentou que o Senhor Presidente da Câmara dê ainda piores exemplos do que executivo anterior porque foi o Partido Socialista na oposição que apresentou uma proposta para que fosse criado o Concelho Municipal de Segurança. O Partido Socialista no mandado anterior estava sempre a exigir que se cumprisse as convocatórias. No entanto, na qualidade de membro do CDS-PP no Conselho Municipal da Segurança, solicitou em cinco ou seis cartas ao Senhor Presidente da Câmara que cumprisse as convocatórias, demonstrado que há preocupação. Apelou a que fossem colocadas em ordem as convocatórias pois este ano não foi feita a convocatória nem de março nem de junho. Acrescentou que o Senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Presidente da Câmara convocou uma reunião extraordinária do Conselho Municipal da Segurança por causa do Nets Bar com enorme aparato (juristas, comandante da GNR de Vila Real) mas que não foi elaborada ata com as decisões e as soluções. É lamentável que Senhor Presidente não dê respostas a ninguém e fiquem todos sem saber o que se passa pois os problemas de Mondim exigem e não se deve fugir às responsabilidades e a responsabilidade do Presidente da Câmara é marcar as convocatórias, ouvir os membros e fazer atas e este Concelho não tem atas. Terminou a sua intervenção apelando a que a Senhora Presidente da Assembleia, como autoridade, tivesse alguma intervenção no sentido de averiguar o porquê das reuniões não estarem a ser convocadas. -----

O membro municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para abordar duas questões. A primeira prende-se com o facto de chegarem aos membros municipais algumas preocupações da população do concelho relativamente ao objectivo salutar de reduzir as despesas de iluminação no concelho, que o executivo pretender reduzir em 20%. A sua pergunta vai no sentido de saber se efetivamente esse objetivo pretende ser atingido de uma forma proporcional relativamente às iluminações das freguesias e às da vila e se serão ou não consideradas as sugestões alternativas apresentadas por alguns representantes das juntas de freguesia porque lhes parece que realmente existem formas mais práticas e mais eficientes para se reduzir os gastos. Relativamente às preocupações que chegam sobre o comércio local, vê com apreensão as notícias de que não se realizará a etapa da Volta a Portugal em Mondim de Basto, que é crucial por ser um momento de reequilíbrio financeiros dos comerciantes do concelho. É evidente que a preocupação vai bastante, por um lado, para essas angústias dos comerciantes mas também por uma preocupação tremenda de que, tão a beira da realização desta etapa, uma denúncia do contrato pela Câmara possa acarretar a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

indemnizações grandes da concessionária se não forem cumpridas as condições contratuais de 2010 / 2013. Numa informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, foi invocado para a denúncia deste contrato a cláusula 5a mas desconhecem os elementos desta cláusula assim como o clausulado geral do contrato existente pois o documento não foi fornecido, considerando o membro municipal que seria de boa justiça que esse contrato fosse fornecido. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que era o bom momento para neste órgão prestar os esclarecimentos necessários porque, no campeonato da demagogia e da irresponsabilidade, quem quisesse jogar que jogasse sozinho e que enquanto fosse Presidente da Câmara trataria das questões com a responsabilidade que cargo exige. Começou por apresentar alguns números públicos para saberem quanto custa a Volta a Portugal. Antes de este executivo tomar posse, a Volta à Portugal custava a módica quantia de 78.650 euros. Em 2011, com a redução de 25%, passou a custar 64.000 euros. Mas acrescentou que era importante também saber o que é que os senhores vereadores e os partidos políticos responderam e a votação que tiveram. Em 2011 o Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora votaram a favor, o senhor Vereador do PSD absteve-se e os Senhores Vereadores do CDS-PP votaram contra, ou seja, se votaram contra é porque acharam que o valor que a Câmara estava a pagar era um valor correto. Em 2012, e estando a oposição em maioria, se esta proposta era assim tão disparatada porque é que os vereadores não a chumbaram e não votaram contra? Porque é que dos dois vereadores do CDS-PP um votou contra e o outro absteve-se? Salientou que o vereador do PSD, de forma coerente e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

responsável, voltou a abster-se. Para explicar esta situação, acrescentou que o que se passou é de uma forma responsável foi informado pelos serviços financeiros que com a aplicação da Lei dos Compromissos a Câmara Municipal não estava em condições de, no mês de agosto, fazer face aos compromissos que tinha (os salários no final do mês, a eletricidade, os combustíveis) e de pagar o financiamento da Volta à Portugal. O que a Câmara fez foi que, perante um contrato que está assinado, pediu a suspensão do contrato porque não tem condições para pagar esse contrato pela aplicação da referida lei. A Câmara Municipal está a fazer um esforço para fazer o pagamento dos salários e assegurar os transportes das crianças. Entende que só de forma demagógica e irresponsável é que se pode dizer que se pode continuar a gastar o mesmo que se gastava há dois anos atrás. Sobre a Volta à Portugal o que se passou foi que houve uma suspensão do contrato, reportando-se à cláusula 5a que refere situações de crise. E o que pode acontecer? O Senhor Presidente da Câmara referiu que poderia haver uma de três situações: uma das situações pode ser a empresa manter a etapa da Volta à Portugal; outra pode ser a questão ser levada a tribunal entre a empresa e a Câmara e os juristas decidirem, demorando certamente muitos anos, e outra será encontrar uma solução para ambas as partes. Relativamente às questões colocadas pelo membro municipal Bruno Moura Ferreira, relativamente à questão das Fiskas de Ermelo, a Câmara está a trabalhar o projeto com a UTAD e com Parque Natural do Alvão mas não de fez nada ainda porque não há financiamento QREN. O país está em crise. Sobre o envolvimento da Junta de Freguesia, falou-se desta questão com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ermelo. Relativamente à questão da oficina móvel, manifestou que esta não em funcionamento por causa da lei dos compromissos, não há dinheiro suficiente para comprar os materiais e equipar a carrinha. Referiu que foi abordada a questão do Conselho Municipal da





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Segurança e considera que estas questões interessam pouco às pessoas, o que interessa é que há segurança em Mondim de Basto, que o Presidente da Câmara tem contacto regular com o comandante do posto, informações reservadas, e está informado, pelo que o Conselho Municipal da Segurança reunirá quando assim se entender. Sobre a questão dos 10% colocada pelo membro municipal Bruno de Moura Ferreira, referiu que a câmara deixou de estar em incumprimento porque faz uma boa gestão mas ainda não veio o dinheiro que não foi desbloqueado. Desde janeiro que a autarquia deveria estar a receber os 10%. Sobre a questão da iluminação, referiu que as lâmpadas estão a ligar mais tarde e a apagar mais cedo, estando-se a reduzir em 20% os postes, sendo evidente que há sempre quem esteja descontente mas de uma maneira geral a medida foi muito bem tomada e essa poupança corresponde ao aumento do IVA para 23% deste ano. -----

O membro municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco referiu ao Senhor Presidente da Câmara que a questão da iluminação era de proporções. Acrescentou que não valia a pena o Senhor Presidente da Câmara defender qualquer questão tomada pelo CDS-PP indispondo os membros contra os seus vereadores porque eles não se indispõem contra eles e porque são um partido em que cada um pensa como deve. Relativamente à Volta a Portugal, lamentou que o Senhor Presidente tenha afirmado desta sessão que o tribunal irá demorar muitos anos, pelo que não faz mal pois os outros quando vierem pagam. Concluiu dizendo que essa não era a sua preocupação mas sabe, e o Senhor Presidente também sabe, que existem outras alternativas para pagar muito menos agora e pagar no início de 2014 as responsabilidades que tem agora. -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira lembrou que houve um processo de saneamento, que foram pagas dividas a fornecedores e que a lei dos compromissos tem em consideração a dívida a fornecedores pelo prazo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de três meses e que quando lhes foi apresentado o orçamento, no início do ano, ou este valor que estava destinado à Volta a Portugal não estava cabimentado ou houve derrapagem financeira, porque a lei dos compromissos não é conhecida há uma semana, pelo que é preciso ter isso em consideração. Acrescentou que, a partir do momento em que a decisão é tomada em reunião de câmara, ela é pública e que, se o Senhor Presidente da Câmara considera que esta decisão não intranquilizou os comerciantes **ou a população em geral, aconselhou que devia ir à rua e não frequentar sempre os mesmos locais** porque esta foi uma preocupação demonstrada por muitas pessoas porque é uma prova mítica e uma referência para o conselho. Esta forma de negociação parece muita séria e não se pode basear na morosidade da justiça e empurrar este problema para a frente e foi este o exemplo que o Senhor Presidente da Câmara sugeriu. Esta não é uma forma séria nem digna para o concelho de Mondim de Basto resolver um problema. E quanto o Senhor Presidente diz que o concelho Municipal da Segurança interessa pouco às pessoas não lhe parece também uma forma digna de representar as pessoas porque foram elas que se debateram para a sua criação. Solicitou novamente esclarecimentos sobre o envolvimento da Junta de Freguesia e o Parque Natural do Alvão, quer na candidatura das Fisgas, quer no processo de divulgação das Sete Maravilhas, o que vai ser feito nesse sentido, e que está delineado de uma forma concreta e objetiva. Crê que esta é uma oportunidade única para se divulgar o concelho e toda a gente está interessada e não se pode perder esta oportunidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer ao membro municipal Bruno de Moura Ferreira **que, tendo menos anos do que ele próprio, não é por falar mais alto que o membro municipal tem mais razão que o Presidente, não sendo necessário que se exalte.** Aconselhou o deputado a falar com e moderação e serenidade porque é assim que as pessoas gostam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de ver os políticos e, estando a começar uma carreira política, essa exaltação que transmitiu não lhe fica bem. Acrescentou que não admira o que disse nem admite lições de seriedade e que quando utilizasse palavras de seriedade as mesmas fossem utilizadas em contexto próprio Da mesma forma que quando, relativamente à justiça, disse que o processo poderia alongar-se muito tempo, os membros municipais entenderam aquilo que quiseram. Dirigindo-se à Mesa, referiu que exigia respeito e que o Presidente da Câmara deve ser último a falar, caso contrário entramos numa anarquia. Considera que esta é uma regra que deve funcionar para tranquilizar e transmitir serenidade às pessoas presentes. -----

A Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra ao membro municipal Bruno de Moura Ferreira para defesa da honra. -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira fez a sua defesa da honra dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que se o seu único argumento contra tudo aquilo que disse se resume ao fator idade, então colocar a idade como fator discriminatório de que alguém tem mais ou menos competência do que quem quer que seja não é um bom indicador e não deve ser o argumento utilizado. Mas se este é o único argumento que o Senhor Presidente da Câmara encontrou para rebater aquilo tudo que disse, então as palavras ficam para quem as diz. -----

### **1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal --**

De seguida, pela Senhora Presidente da Mesa foi presente a correspondência recebida enviada. -----

### **2-Ordem do dia -----**

#### **2.1- Aprovação da ata reunião de 25 abril de 2012 e de 27 de abril de 2012**

Relativamente à ata de 25 de abril de 2012, o membro da Assembleia Municipal Bruno de Moura Ferreira usou da palavra para solicitar a correção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de duas palavras erradamente transcritas, pedido que foi aceite pela Mesa da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções, a **Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 25 abril de 2012 que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções.** –

De seguida a **Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação da ata de 27 de abril de 2012 que foi aprovada por maioria com catorze votos a favor e seis abstenções.** -----

### **2.2- Designação de um Presidente de Junta de Freguesia para o XX Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses** -----

A Senhora Presidente da Mesa propôs que relativamente a esta votação cada partido indicasse um Presidente de Junta para estar presente no XX Congresso da ANMP. -----

O membro municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida, em representação do Partido Socialista, sugeriu, por uma questão de rotatividade, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros, José Pinto Queirós. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que discordava da rotatividade, tendo sido ele próprio já eleito duas vezes para esta representação e impossibilitado, por motivos pessoais e profissionais, de comparecer, manifestando a sua disponibilidade para ser eleito. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à **eleição por voto secreto, tendo sido eleito Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros, José Pinto Queirós com onze votos, sendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, ficou eleito como suplente, com nove votos.** -----

### **2.3- Atribuição de Medalha de Honra do Município** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a **Senhora Presidente da Mesa colocou à votação por voto secreto a atribuição de Medalha de Honra do Município ao Excelentíssimo Senhor Eng.º Alfredo Augusto Ferreira Pinto Coelho de Mendonça que foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, um voto contra e três abstenções.** -----

### **2.4- Pedido de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos**-----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação da proposta. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que entendeu, com a anuência da Mesa da Assembleia, que seria o momento oportuno para que a técnica responsável pela Divisão Administrativa e Financeira da autarquia explicasse quais as implicações da lei dos compromissos sobre a gestão diária da autarquia e para que o técnico responsável pelo Gabinete Jurídico e Contencioso explicasse concretamente a questão do pedido de autorização prévia que é uma orientação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e que visa tornar mais eficaz a aplicação da referida lei dos compromissos. -----

Seguiu-se um período de tempo durante o qual os técnicos da autarquia esclareceram algumas questões técnicas colocadas pelos membros municipais.

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira usou da palavra para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a proposta apresentada no sentido de saber quais os compromissos assumidos desde 22 de fevereiro até à data, porque a partir deste momento não lhes irá ser possível ter acesso a essa informação. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro municipal Bruno de Moura Ferreira que, por ser uma questão técnica, a mesma deveria ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

colocada por escrito, que depois responderia por não estar no momento em condições para dar essa resposta. -----

O membro municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para referir que considerava a questão colocada pelo membro municipal Bruno de Moura Ferreira antes da votação muito pertinente e que não iria votar esta proposta sem esta questão fosse respondida. Considera que não é um argumento válido para se responder da forma como foi. Considera que se a lei dos compromissos entrou a 22 de fevereiro e há um conjunto de compromissos assumidos, quais são os compromissos assumidos que a Câmara tem para saberem e para não fazerem posteriores suposições e colocar entraves. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que era inaceitável esta atitude de não resposta e que não iria viabilizar este pedido prévio de autorização sem saber quais os compromissos assumidos pois considera que esta lei vem justamente para colocar ordem nessas situações e para que o executivo comece a prestar essas informações. -----

O membro municipal Luís Sabino de Moura usou da palavra para referir que o documento era pertinente, acrescentando que deve ser muito difícil gerir a câmara com estas leis, mais ainda daqui a um ano quando chegar o empréstimo para pagar. Terminou dizendo que entende que a gestão da autarquia deve ser muito difícil e que por esse motivo irá voltar a favor esta proposta. -----

O membro municipal José Francisco Teixeira Lopes usou da palavra para referir que não era favorável a que os deputados não se possam pronunciar e pedir os esclarecimentos sobre o que for necessário mas considera que existe uma falta de organização por parte do CDS-PP. Pensa que estes se deveriam organizar melhor para que as coisas aqui corressem melhor. Afirmou que não gostava deste Governo pelas atitudes que tem tomado mas que aprovava esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

lei dois compromissos porque se ela existisse há mais tempo este executivo não entrava para a Câmara com uma dívida de dezanove milhões de euros, estando neste momento o executivo a sofrer tudo isto: a dívida herdada e esta nova Lei. -----

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira confessou que quando caracterizou a sua intervenção política pensou que os compromissos eram poucos e poderiam ser facilmente enunciados mas, pelos vistos, serão mais, o que acaba por reforçar este seu pedido de esclarecimento. Considera que a Assembleia está a perder autonomia pelo que sugeriu que este assunto fosse votado noutra sessão e aí poderem estar na posse de todos os esclarecimentos, visto que estes são técnicos, e que irão, pelo mesmo motivo, requerer uma análise mais profunda por parte dos membros municipais. -----

O membro municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida fez a sua intervenção no sentido de afirmar que desconhece como funciona o executivo camarário mas que este tem dois vereadores do Partido Socialista, dois vereadores do CDS-PP e um vereador do PSD, considerando que a qualquer vereador não será recusável saber quais as dívidas e os compromissos assumidos pelo município, isto é, se, como partidos políticos, estiverem interessados em esclarecer as suas dúvidas podem pedir esclarecimentos antes da realização da reunião. Considera que não se deve só pedir responsabilidades ao Senhor Presidente da Câmara quando há outros vereadores que têm acesso a essas informações. -----

A pedido do Senhor Presidente da Câmara, técnica responsável pela Divisão Administrativa e Financeira da autarquia prestou alguns esclarecimentos adicionais. -----

A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer ao membro municipal Bruno de Moura Ferreira que, face à explicação da técnica da autarquia, a proposta por ele apresentada deixa de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fazer sentido uma vez que foi respondido que não foram assumidos compromissos plurianuais desde 22 de fevereiro até à data. Terminou dizendo que, estando todos os membros esclarecidos quanto a esta questão, iria colocar a questão à votação. -----

Antes da votação, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para se desculpar pela resposta anteriormente dada e esclareceu, e pediu que ficasse em ata, que não existam compromissos assumidos. -----

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, **a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o Pedido de Autorização Prévia no âmbito da lei dos Compromissos que foi aprovado por maioria com quinze votos a favor e três abstenções.** -----

O membro municipal Fernando Avelino Silva fez uma declaração de voto no sentido de referir que ainda bem que as coisas foram céleres e que a resposta que aguardavam, no sentido de assumirem também as suas responsabilidades, foi dada: zero compromissos. Face a isto, referiu que o grupo parlamentar estava disponível e iria votar a favor esta proposta de forma a não estrangular e a não criar problemas à Câmara Municipal. Terminou dizendo que esta era o objetivo do partido e a realidade, não havendo aqui demagogia nem truques, estando nesta assembleia com carácter de transparência. -----

### **2.5- Aprovação do Regulamento Municipal dos Resíduos Sólidos Higiene e Limpeza Urbana do Conselho de Mondim de Basto** -----

O Senhor Presidente da Câmara fez uma apresentação prévia desta proposta, referindo que o que está em causa no novo regulamento municipal é a modernização do serviço e tornar mais justa a cobrança dos resíduos sólidos urbanos. Referiu que neste momento é aplicada uma taxa fixa para os consumidores não-domésticos, pagando tanto o gabinete do solicitador como o supermercado da vila, e que este regulamento irá fixar a taxa em função da





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

área do estabelecimento. Relativamente aos consumidores domésticos, acrescentou que o regulamento irá permitir que o consumo do lixo seja indexado com o consumo da água. Terminou dizendo que era claro que este regulamento apenas se irá aplicar nos locais a Câmara Municipal faz a cobrança da água. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que não vai contra as medidas e as taxas contempladas no regulamento mas que tem sérias dúvidas quanto à aplicação das penalizações e das infrações. -----

Não havendo mais intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, **a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do Regulamento Municipal do Resíduos Sólidos, Higiene e Limpeza Urbana do Concelho de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -----

### **2.6- Apreciação e discussão do impacto da reforma do Novo Mapa Judiciário na Comarca de Mondim de Basto** -----

O membro municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para explicar que o grupo parlamentar do CDS-PP enviou o requerimento à Assembleia Municipal a solicitar uma reunião extraordinária para se discutir o assunto, mas que entretanto se desenvolveram várias ações posteriores (moções, manifestações). A ideia era criar uma moção que poderia ter sido desenvolvida pela autarquia, que poderia ter saído da Assembleia Municipal com a vinculação de todos os partidos nela representados. Tendo em conta que ocorreram várias ações, referiu que o grupo não estava preparado com nenhuma moção nem nenhuma manifesto pois considera que o mais correto e o mais legítimo será o envolvimento de todas as partes e, desse modo, estão dispostos a poder participar num trabalho conjunto que vincule toda a gente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A Senhora Presidente da Mesa sugeriu que se elege-se uma comissão para analisar o documento colocado à discussão pública pela Senhora Ministra da Justiça, comissão essa que poderia elaborar o documento sobre o qual a assembleia municipal se poderia pronunciar e enviar para Lisboa, sendo este um documento de todos os partidos, sugestão com que todos os partidos políticos concordaram ficando estabelecido que a comissão seria representada pelos líderes parlamentares. -----

### **2.7- Apreciação e discussão do impacto no Concelho do Regime Jurídico Da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica -----**

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira usou da palavra para referir que de facto era pertinente a marcação deste tema nesta sessão da Assembleia Municipal, até porque a equipa de trabalhos criada para o efeito ainda não reuniu, e porque já foi publicada a lei definitiva, sendo notório que toda a gente está sensibilizada para isso. Toda a gente tem noção de que se não houver uma decisão, esta virá de Lisboa e não haverá possibilidade de a alterar. Relativamente ao concelho de Mondim de Basto, desde o documento verde até esta lei, em termos de freguesias não houve alterações pois será necessária fundir duas freguesias, sendo que uma delas perante os critérios definidos, será Pardelhas. Mas é importante que a assembleia envie uma proposta de solução. Nem toda a gente é adepta desta ideia mas é uma lei que terá que ser cumprida. -----

O membro municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para deixar duas correções a essa questão. De acordo com um documento que possui da CCDR-N, são feitas anotações importantes sobre a quem cabe o papel de quê. Pode concordar-se ou não com esta reorganização administrativa mas ao ser feita terá que ser de uma forma possível, respeitando tudo e todos, mas de uma forma definitiva. Este papel não cabe à Assembleia Municipal, apesar de a mesma ter elegido uma comissão para se debruçar sobre esta proposta, mas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

esta pode contribuir. Sensibilizou a Câmara Municipal, porque a iniciativa compete exclusivamente à Câmara Municipal, para a formulação de uma proposta de reorganização do território, das freguesias do respetivo município ou pela emissão de um parecer. Entende que a Assembleia Municipal deve, de uma forma hierárquica e respeitosa, aguardar que a Câmara Municipal se envolva porque a autarquia tem que se envolver. A outra questão tem a ver com facto de que se não for emitido nenhum parecer outros decidirão. -----

Apelou a que o Senhor Presidente da Câmara assumisse que tem que contribuir para que esta pronúncia aconteça. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para deixar um apelo no sentido de que se não for emitida uma decisão ela será dada por Lisboa. A Câmara deve apresentar essa proposta, com a contribuição dos presidentes de Juntas de freguesias e das assembleias de freguesias, com o sentido de um melhor funcionamento para o município e não com um sentido político. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para expressar a sua opinião sobre a matéria. Referiu que era contra a extinção das freguesias por várias razões, não tendo nenhum problema de consciência por não ajudar na aplicação de uma lei com qual não concorda e não é legalmente obrigado a fazê-lo pois existe na lei uma disposição que diz “sempre que a Câmara Municipal não exerça a iniciativa para a deliberação prevista deve apresentar a Assembleia Municipal um parecer”. Face a isto, reafirmou que tomaria as diligências que a lei o obrigar. -----

O membro municipal João Alarcão Carvalho Branco referiu que o Senhor Presidente da Câmara fez uma declaração dos seus problemas de consciência que afetam todos. Referiu que, no seu caso, estava em perfeita sintonia pois também não concorda com a extinção das freguesias pois considera que os custos do distanciamento das sedes do concelho já são muitas vezes um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

castigo para muitas coisas. No entanto, existe de facto um problema que é perfeitamente claro e objetivo, isso é, iniciativa compete exclusivamente à Câmara municipal, como tal, espera que os outros vereadores não tenham os mesmos problemas de consciência porque infelizmente será necessário tomar uma decisão e a decisão não poderá ser emanada desta Assembleia Municipal.

O membro municipal Bruno de Moura Ferreira recordou que, desde que o documento verde foi apresentado, os deputados do Partido Socialista não apresentaram nenhuma proposta de alteração ao referido documento. Lembrou que quando este assunto foi escrito no documento da Troika não havia nenhuma discriminação no que diz respeito às freguesias e ainda bem que os deputados do PSD apresentaram uma proposta para distinguir as freguesias rurais das urbanas. Acrescentou que não se podem pedir só responsabilidades quando isso interessa e que é óbvio que ninguém gostava que as freguesias acabassem, até porque ainda não foi apresentado quais vão ser as novas competências das freguesias, de que forma vai ser o novo modelo de financiamento do poder local, e sem que estes assuntos sejam apresentados é difícil debruçar-se sobre este assunto. Mas terminou dizendo que isto é uma lei e tem que ser cumprida e deixou o repto para que se ouvissem os Presidentes de Juntas de Freguesias que provavelmente serão os mais afetados. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paradança, Joaquim Augusto Silva Pereira, referiu que era óbvio que todos gostavam que as freguesias existentes fossem conservadas mas que também é verdade que a reestruturação, segundo diz a lei, vai ter que existir a ser concretizada pelo que se não o fizerem, no mandado seguinte as freguesias agrupadas não irão ter os 15% de benesse em relação ao FEF. Entende que, independentemente de ninguém concordar com agrupamento das freguesias, este assunto deve ser enfrentado e resolvido da melhor forma na medida em que se pode perder



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

uma receita significativa. -----

O membro municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara manifestou de alguma forma a sua vontade em não participar na elaboração deste documento, alguém terá que o fazer. Sendo assim, julga que Assembleia Municipal, na pessoa da Senhora Presidente da Mesa, está numa situação de ter que elaborar um documento. -----

O membro municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida referiu que havia uma grande confusão pois ninguém quer admitir quais são as freguesias a extinguir, estando já uma morta à nascença que é Pardelhas. Sugeriu que se fizesse uma lista com duas ou três alternativas e que os representantes do povo votassem numa dessas lisas, podendo a Assembleia Municipal elaborar o documento e enviá-lo para Lisboa. -----

A senhora Presidente da Mesa concluiu dizendo que a Assembleia teria que tomar uma posição até finais de julho, ou não pois a lei diz que se não for emitido qualquer parecer o município terá que aceitar o que for decidido. Sugeriu que relativamente à Comissão de Acompanhamento, criada para o efeito e composta por três membros, a mesma fosse alargada aos Senhores Presidente de Junta ou Pelo menos àqueles que possam estar mais implicados.

### **2.8- Informação do Executivo -----**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes, usou da palavra para colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara relativamente ao muro de suporte da rua da Piedade se está ou não feito. Considera que, caso não esteja feito, esta situação ultrapassou mais do que os limites e considera uma falta de consciência da Câmara Municipal em não regularizar esta situação que já se arrasta há mais de seis anos. Acrescentou que ficou preocupado pelo facto de ter sido aprovado um regulamento em assembleia que previa três reuniões trimestrais do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Concelho Municipal da Segurança e pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara afirmar que as convoca quando entender. Reafirmou que o regulamento aprovado em Assembleia Municipal deve ser cumprido, independentemente dos assuntos. -----

O membro municipal Fernando Avelino Silva usou da palavra para colocar uma questão relacionada com as festas do concelho. Considera que, como qualquer evento, há aspetos positivos e negativos mas considera que existem pequenos aspetos que derivam do ano anterior e que poderão ser melhorados para este ano de forma positiva. A sua questão prende-se com uma crítica relativamente à gastronomia e ao facto de num dos dias das festas estar previsto a venda de vitela pelas associações, tendo surgido críticas por parte dos comerciantes. Aconselhou que seria bom olhar para este acontecimento e ver que os comerciantes estão com algumas dificuldades e pensar se esta atividade de deve manter ou substituir de forma a promover a gastronomia dos restaurantes locais. -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o cartaz das festas já estava fechado e acrescentou que lhe parecia que esta era uma falsa questão. Considera que se deve ouvir as críticas dos comerciantes e ter uma perspetiva crítica sobre as suas opiniões. Considera que os comerciantes não têm razão pois não é pelo facto de haver vitela num dia que os restaurantes saem prejudicados. No entanto, reconheceu que de facto há aspetos a melhorar e sendo esta uma festa com cariz popular deve dar-se dinamismo às associações.

### **2.9- Intervenção do Público -----**

### **Encerramento da Reunião -----**

Tendo terminado as intervenções, **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, da qual de lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 28 de setembro de 2012 e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Mesa e Primeiro Secretário que a redigiu. -----

---

---